

Considerações sobre o funcionamento da fórmula discursiva “cultura de paz” no mercado editorial brasileiro

(Considérations sur le fonctionnement de la formule discursive “cultura de paz” dans le marché éditorial brésilien)

Helena Boschi¹

¹Mestra pelo programa de Pós-Graduação em Linguística – Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

helenaboschi@gmail.com

Résumé: Dans cet article, nous analysons discursivement le marché éditorial brésilien en ce qui concerne les publications ayant comme sujet principal la “cultura de paz”, syntagme que nous considérons fonctionner comme formule discursive selon les paramètres établis par Krieg-Planque (2010). Mises en circulation sous la forme d’objets techniques spécifiques – manuels, livres théoriques, collections etc. –, ces ouvrages collaborent à l’instauration et à la diffusion de cette formule dans les discours institutionnels comme agent d’effacement de la conflictualité, notamment grâce à son fonctionnement comme référent social dans l’espace public et, en conséquence, argument légitimateur de pratiques institutionnelles diverses.

Mots-clés: Cultura De Paz; Formule Discursive; Marché Éditorial Brésilien.

Resumo: Neste artigo, nos propomos a analisar discursivamente o mercado editorial brasileiro no que diz respeito a publicações que têm “cultura de paz” como objeto principal, sintagma que consideramos funcionar como fórmula discursiva segundo os parâmetros estabelecidos por Krieg-Planque (2010). Postas em circulação como objetos técnicos específicos – cartilhas, livros teóricos, coletâneas, etc. –, essas obras colaboram para a instauração e a difusão dessa fórmula nos discursos institucionais como agente de apagamento da conflitualidade, notadamente por meio de seu funcionamento como referente social no espaço público e, como consequência, argumento legitimador de práticas institucionais variadas.

Palavras-chave: Cultura De Paz; Fórmula Discursiva; Mercado Editorial Brasileiro.

Introdução

Este trabalho é um recorte de nossa pesquisa de mestrado¹, que teve como objetivo investigar a circulação e a produção dos sentidos de “cultura de paz” no espaço público tendo como base teórico-metodológica a noção de *fórmula discursiva* conforme Krieg-Planque (2010).

Segundo a pesquisadora (KRIEG-PLANQUE, 2010), para funcionar como fórmula, um sintagma deve manifestar, em maior ou menor grau, quatro propriedades, que resumidamente são: ter uma superfície linguística cristalizada, que permita sua circulação e seu rastreamento no espaço público; se inscrever em uma dimensão discursiva, sendo ponto de convergência de questões sociais em um dado momento histórico; funcionar como um referente social, de maneira que seu uso se torne imperativo num determinado meio e objeto de avaliação (positiva ou negativa) dos atores sociais; e ter uma dimensão

¹ “A constituição da fórmula discursiva ‘cultura de paz’: circulação e produção dos sentidos” (SILVA, 2014), realizada com financiamento da Fapesp (Processo regular 2011/16827-6; Processo referente à Bolsa de Estágio de Pesquisa no Exterior 2013/10465-0).

polêmica, de forma que o sintagma seja também um lugar de tensão, manifestada nos usos que se fazem dele.

A necessidade de abranger diferentes lugares discursivos adquire assim especial importância na medida em que permite verificar o modo como se dá o espraiamento de sua construção e, ao mesmo tempo, de sua intervenção na sociedade, uma vez que, como elemento de linguagem de funcionamento discursivo, a fórmula permeia os mais diferentes “terrenos e objetos”, estando “no coração da vida política e social”² (KRIEG-PLANQUE, 2012, p. 14). No âmbito deste trabalho, essa questão nos levou a considerar o mercado editorial como lugar importante de um estudo que vise o espaço público, considerado como arena fundamentalmente midiática, ambiente de projeção dos diversos aspectos da sociedade

[...] por meio do qual os atores compartilham seus pontos de vista, expõem suas opiniões em praça pública, tornando-as, desse modo, visíveis a quaisquer outras pessoas, alimentando, assim, a possibilidade de um debate público e contraditório de suas opiniões.³ (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 114)

Ao abordar o mercado editorial, nossa hipótese era de que, enquanto nos jornais e nas ocorrências na *web* a fórmula se publicizaria massivamente, outros objetos editoriais teriam o papel de documentar e possivelmente de estabilizar os sentidos dessa fórmula discursiva que tem servido, inclusive, dentre outros usos, de referência para a destinação de verba pública a projetos culturais e educacionais. Isso porque, retomando Chartier (1998, p. 8), “o livro sempre visou instaurar uma ordem; fosse a ordem de sua decifração, a ordem no interior da qual ele deve ser compreendido ou, ainda, a ordem desejada pela autoridade que o encomendou ou permitiu sua publicação”. No entanto, pudemos averiguar que as publicações acerca da “cultura de paz”, assim como ocorrências da fórmula em outros espaços (projetos de lei, sites institucionais, cartazes de eventos, redes sociais, etc.), são associadas a discursos institucionais diversos, passando pelo campo discursivo dos “direitos humanos”, de forma mais ampla, e chegando à escola, ao esporte, à política, à filosofia, ao autoconhecimento e à religião. Alguns índices de reconhecimento extralinguísticos dessa circulação estão presentes já no exterior das obras: editoras associadas a uma dada comunidade discursiva (como, por exemplo, a Salesiana e a Loyola, de vertente católica) e símbolos (dentre os quais, o mais representativo parece ser a “pomba branca” da paz, ligada também ao Espírito Santo da religião católica).

São obras com um perfil diferente daquelas destinadas a uma leitura de fruição; essas se referem a institucionalidades, à inauguração de práticas em espaços diversos,

² Conforme introdução da autora acerca dos “jogos e métodos” do discurso, “Qualquer pessoa que queira apreender o discurso para estudá-lo encontra ao seu redor uma multidão de terrenos e objetos que se prestam a essa investigação: o discurso está no coração da vida política e social”. No original, “Quiconque souhaite s’emparer du discours pour en mener l’étude trouve autour de lui une multitude de terrains et d’objets qui se prêtent à une telle investigation : le discours est au coeur de la vie politique et sociale.” (KRIEG-PLANQUE, 2012, p. 14, tradução nossa).

³ Essa proposta vai ao encontro da reflexão de Chartier (1998, p. 9) acerca da *ordem dos livros*, segundo a qual “toda obra está ancorada nas práticas e nas instituições sociais”, e “compreender os princípios que governam ‘a ordem do discurso’ pressupõe decifrar, com todo o rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros (e de outros objetos que veiculem o escrito)” (CHARTIER, 1998, p. 8).

uma vez que produzidas para serem citadas, retomadas, registradas em documentos como bibliografia de referência, circulando assim em várias esferas da organização social.

O *corpus*, composto de dezesseis publicações que têm a fórmula “cultura de paz” em seu título, foi coletado em livrarias tradicionais, no caso de obras recentes, e em sebos cadastrados na plataforma “Estante Virtual”, a fim de abranger publicações que circularam durante os anos 2001 a 2010, período declarado pela ONU como a “Década Internacional para uma Cultura de Paz e Não Violência para as Crianças do Mundo”. Devido a sua extensão e o espaço relativamente curto para abordá-lo de maneira mais detida, a análise que fazemos aqui tem o objetivo de caracterizar de forma geral o funcionamento desse recorte do mercado editorial brasileiro.

Decidimos separar as obras analisadas em dois grupos, os quais se inscrevem em dois posicionamentos distintos. De um lado e majoritariamente, obras que relatam experiências e/ou propõem ações locais, muitas vezes baseadas nas assertivas “Seja você mesmo a mudança que quer ver no mundo”, de Gandhi, e “paz é a gente que faz”, que circula sem autoria definida no interdiscurso, recorrentemente retomadas nos manuais de “cultura de paz”, e que de maneira geral reforçam a leitura de cada sujeito é individualmente responsável por mudar a realidade ao seu redor. De outro, obras que concebem a “cultura de paz” como decorrência de uma necessária mudança de paradigmas socioeconômicos, contrapondo-a à “cultura de violência” consequente de heranças históricas e políticas públicas neoliberais características do sistema capitalista.

Esses posicionamentos discursivos são manifestados linguisticamente por meio da estabilização de enunciados e do apagamento da conflitualidade no primeiro grupo, características típicas dos discursos institucionais, e, no sentido inverso, por uma tentativa de desopacificação da linguagem nos discursos do segundo grupo, numa clara disputa pelo preenchimento semântico das fórmulas que circulam na arena do espaço público. Em ambos os casos, essas obras colaboram na construção do *ethos* das instituições e dos atores que ali aparecem por meio da divulgação de suas ações em prol da “cultura de paz”.

Falando “de paz”: um código linguageiro

As obras do primeiro grupo têm como principais representantes dois manuais de “cultura de paz” a que tivemos acesso: *Cultura de paz: redes de convivência* (DISKIN, 2009) e *Cultura de paz: o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo* (VON, 2003).

A primeira delas foi o primeiro material sobre “cultura de paz” com que tivemos contato, e mostrou-se de importância fundamental para a nossa pesquisa devido ao fato de materializar um pico de circulação da fórmula, motivo pelo qual decidimos analisá-la mais detidamente em outro trabalho (SALGADO; SILVA, 2014). Como um resumo de nossas conclusões, notamos que essa publicação, denominada como cartilha pelos próprios autores, provoca uma subversão essencial da estrutura tradicional do gênero. Ao invés de propor “normas e orientações” bem delimitadas, vemos que seu objetivo é justamente o oposto: “inspirar iniciativas” (DISKIN, 2009, p. 3), apresentando uma diversidade de ações realizadas em nome do que é referido por “cultura de paz”, e que, como mostramos, em nenhum momento é objeto de definições ou especificações objetivas. Esse fato é interessante porque materializa a condição de fórmula do sintagma “cultura de paz”

na própria forma de constituição da cartilha, discursividade reveladora do trabalho de produção de um consenso em meio às mais variadas ações institucionais, e que demanda, então, inescapavelmente, esforços coletivos permanentes para administração do dissenso – talvez algo previsto na referência a *redes de convivência*.

Tanto essa cartilha quanto o manual de Cristina Von (2003) se caracterizam pela proposta de ações as mais diversas e pelo uso exaustivo de expressões cristalizadas (que muitas vezes funcionam, também, como fórmulas discursivas no espaço público) provenientes dos documentos institucionais que utilizam como principal referência a declaração e o programa de ação para uma cultura de paz da Onu, o Manifesto 2000 e as propostas de “não violência” de Gandhi.

A repetição e a coocorrência de fórmulas como “respeito pela vida”, “desenvolvimento sustentável”, “liberdade de expressão”, “tolerância”, “solidariedade”, “diversidade cultural”, “direitos humanos”, etc. torna as obras desse primeiro grupo um tanto previsíveis, reprodutoras de um “código linguageiro” que podemos associar a “cultura de paz”. Esse fato linguístico ilustra bem a proposta de Krieg-Planque e Oger (2010, p. 94, tradução nossa) quando afirmam que

[...] o “falar neutro” ocupa um espaço expressivo no “estilo formulaico”: encontramos aqui as cristalizações que tornam as produções institucionais também amplamente previsíveis. As duas dinâmicas de formação dos discursos autorizados, estabilização dos enunciados e apagamentos da conflitualidade, aparecem como complementares. Pelo efeito de evidência e de reconhecimento do pré-construído, a fórmula convida à aceitação, incita à adesão e desencoraja a contradição. Desse modo, ela inibe os contradiscursos possíveis e tende a escamotear as ocasiões de enfrentamento. Simetricamente, a minoração dos desacordos e dos conflitos, a valorização do consenso, se realizam com mais facilidade por intermédio de formulações estereotipadas, de contornos convenientes.⁴

No caso de “cultura de paz”, esse falar neutro é associado ao uso expressivo de verbos de fazer (*restabelecer, adotar, divulgar, promover*) que têm “cultura de paz” como objeto, como já havíamos observado, combinados com atos de linguagem exercitativos (*devemos, não devemos*), e, por vezes, promissivos⁵ (*comprometer-se*), que *criam a imagem de um outro mundo necessário e possível*, como podemos ver destacados nos excertos a seguir:

⁴ No original : “[...] le ‘parler neutre’ fait une large place au ‘style formulaire’ : nous retrouvons ici les figements qui rendent les productions institutionnelles aussi largement prévisibles. Les deux dynamiques de formation des discours autorisés, stabilisation des énoncés et effacement de la conflitualité, apparaissent comme complémentaires. Par l’effet d’évidence et de reconnaissance du préconstruit, la formule appelle l’assentiment, engage à l’adhésion, décourage la contradiction. Par là, elle inibe les contre-discours possibles et tend à escamoter les occasions d’affrontement. Symétriquement, la minoration des désaccords et des conflits, la valorisation du consensus, s’accomplissent plus aisément par le truchement de formulations stéréotypées, de tournures convenues.”

⁵ A teoria dos atos de linguagem foi proposta inicialmente por J. L. Austin na obra *How to do things with words*, publicada em 1962 (na tradução francesa, *Quand dire, c’est faire*, 1970). Segundo ele, todos os enunciados têm uma “força ilocutória”, ou seja, um valor de ação, que pode ser classificada em cinco grandes classes: veridictivos ou judiciais (“condenar”, “decretar”), exercitativos (“ordenar”, “exortar”, “perdoar”), promissivos (“prometer”, “garantir”), comportamentivos (“se desculpar”, “agradecer”, “criticar”) e expositivos (“afirmar”, “negar”, “explicar”) (AUSTIN, 1990 [1962]).

- (1) Porém, no meio desta sociedade há muitos que estão tentando **restabelecer a cultura da paz**. (CARUSO JR., 2005, p. XIV, destaque nosso)
- (2) Não vislumbro outra saída para as graves questões de intolerância que não seja **a adoção de uma cultura de paz e convivência no sentido amplo**, que vai desde a rejeição a todas as formas de violência, como também o respeito à vida e à diversidade inerente. (CAMPOS, 2011, p. 75, destaque nosso)
- (3) **Adotar e divulgar os valores da cultura de paz** passa a ser o ponto de partida para as mudanças fundamentais do mundo, buscando-se construir um novo paradigma de desenvolvimento. (CAMPOS, p. 75, destaque nosso)
- (4) A Escola Paróquia da Paz **promove, através das aulas de artes, a cultura de paz**, utilizando, como indicação do VIVE, um valor a cada mês. A partir da escolha dos valores são realizadas atividades lúdicas com os alunos do ensino fundamental. No ensino médio, esses valores são trabalhados também nas disciplinas de sociologia e filosofia. (MATOS; NONATO JR., 2010, p. 23, destaque nosso)
- (5) Mais de que em qualquer outro momento da História, as pessoas compreendem que **devemos avançar de uma cultura de guerra e violência para uma cultura de paz e não violência**. De fato, durante o Ano Internacional para a Cultura de Paz, do qual fui o diretor, na UNESCO, mais de um por cento da população mundial assinou o Manifesto 2000, **comprometendo-se a cultivar uma cultura de paz** ‘em minha vida diária, em minha família, meu trabalho, minha comunidade, meu país e minha região’. No Brasil, o Manifesto 2000 já foi assinado por mais de 15 milhões de pessoas. (ADAMS, 2003, p. 13, destaques nossos)
- (6) **Para haver cultura de paz, não devemos** separar cor de pele, por deficiência, por local onde nasceu, por escolaridade. Se separamos ou excluímos, formam-se grupos, e uns se colocam contra os outros. A cultura de paz se baseia na capacidade de ver o outro, de ouvir o outro, de compreender o outro e buscar meios de se transformar. (Monja Coen apud CARUSO JR., 2005, p. 24, destaque nosso)

Os julgamentos sobre a necessidade de “promover a cultura de paz” se concretizam, nessas obras, principalmente por ações como a educação de crianças e jovens (dinâmicas em grupo e atividades de convivência, reconhecimento da violência e prática da tolerância) (CONIC, 2005; VON, 2003; MATOS; NASCIMENTO; NONATO JR., 2008; NOLETO, 2004), abertura das escolas para atividades culturais nos finais de semana (NOLETO, 2004), participação dos jovens em atividades esportivas regulares (TUBINO; SILVA, 2006), prática da mediação⁶ como base para a resolução dos conflitos “de um modo menos traumatizante e aceitável pelas partes” (EGGER, 2008, p. 38), prática da “justiça restaurativa” nas escolas⁷ (MACHADO, 2008).

Os livros tornam-se o meio de divulgação das ações de instituições variadas, como universidades (dentre as quais se destacam a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade Federal do Ceará (UFC)), prefeituras (MACHADO, 2008;

⁶ O autor expõe as diversas vertentes da prática da mediação, que passa desde o campo jurídico – a prática do acordo nos processos judiciais, por exemplo – até o psicanalítico – “capacidade de treinamento das pessoas para poder superar suas situações conflitivas ou traumáticas” (EGGER, 2008, p. 51) –, o empresarial – prática de *coaching* (treinamento) –, o trabalhista e outros.

⁷ Segundo a autora, a justiça restaurativa muda o foco dos “culpados” para os “prejudicados”, buscando uma reconciliação entre as partes envolvidas por meio do diálogo: “A Justiça Restaurativa propõe uma mudança de foco: a questão central, ao invés de versar sobre culpados, é sobre quem foi prejudicado pelo fato. [...] Esta forma de justiça valoriza a autonomia dos sujeitos e o diálogo entre eles, criando espaços protegidos pra a auto-expressão e o protagonismo de cada um dos envolvidos e interessados – autor do fato, receptor do fato, familiares e comunidade” (BRANCHER; MACHADO, 2008, p. 63).

DISKIN, 2009), o Ministério de Educação e a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (Programa Nacional Paz nas Escolas (MILANI; JESUS, 2003) e mesmo a própria Unesco (NOLETO, 2004). Desse modo, as publicações institucionais, assim como os documentos institucionais produzidos e destinados a circular, funcionam como meio de legitimar a entidade e torná-la visível no espaço público:

- (7) Trata-se de um programa que visa ao **aproveitamento das habilidades e experiência acumulada pela instituição nas suas grandes áreas de atuação**. Ao mesmo tempo em que focaliza a educação, combate-se a exclusão social, incentiva-se a participação cultural, conscientiza-se sobre a prevenção de DST-AIDS, o cuidado com o meio ambiente, para citar apenas algumas áreas, contribuindo tanto para a diminuição da violência e da vulnerabilidade socioeconômica, como para a **promoção da cultura de paz e do desenvolvimento social, dois grandes objetivos da UNESCO**. (NOLETO, 2004, p. 47, destaques nossos)

O prestígio da publicação de um livro e o reconhecimento de se trabalhar em prol desse “movimento” também fica claro, por exemplo, em passagens como as que destacamos a seguir:

- (8) O convite para apresentar esta obra é, além de oportuno, motivo de alegria e orgulho para mim, na qualidade de cidadão pernambucano e atual Reitor da UFPE, ao expressar para a Comunidade Acadêmica e para a sociedade em geral a **nossa esperança de ver a UFPE como referência em protagonizar a Cultura de Paz**. (LINS⁸, 2009, p. 11, destaque nosso)
- (9) Vitor Caruso Jr., com este terceiro livro, nos demonstra que **também é um dos Mestres da Cultura da Paz**. (Paulo M. Piá de Andrade in CARUSO JR., 2005, orelha do livro, destaque nosso)

Os exemplos acima e a heterogeneidade de práticas sob a unicidade da etiqueta “cultura de paz” ilustram a propriedade da fórmula de se tornar um referente social, tendo um funcionamento expressivo como índice positivo de reconhecimento no espaço público (KRIEG-PLANQUE, 2010, p. 74). Tal como propomos na análise da cartilha *Cultura de paz: redes de convivência* (DISKIN, 2009), trata-se de mostrar “a necessidade de que certas práticas, aludidas por exemplos bastante variados, se multipliquem e avolumem um dado discurso, correspondente a um mundo desejável, porque supostamente melhor” (SALGADO; SILVA, 2014, p. 136).

Os atores sociais envolvidos nesse movimento são representantes de uma nova forma de estar no mundo, e se põem por vezes na condição de conselheiros ou guias para se atingir “a cultura de paz”:

- (10) **Aqui estão as sugestões para um caminho feliz, uma vida tranquila, plena e útil para a humanidade**. O mérito de maneira alguma é meu, mas destes Mestres da Cultura de Paz com quem tive a sorte de cruzar. O que fazer agora? Qual a melhor ação a tomar? Penso que tudo o que está escrito aqui deve ser passado para a frente, para que possa beneficiar muitas pessoas, **para que possa orientar a vida de outros**, como ocorreu comigo. (CARUSO JR., 2005, p. 99, destaques nossos)
- (11) O tema da intolerância e a necessidade de se estabelecer um diálogo profícuo entre as culturas têm despertado o **meu interesse enquanto cidadão do mundo, escritor, advogado e acadêmico**. É inevitável que ele nos provoque uma reflexão sobre o **papel que temos a cumprir** nessa realidade. (CAMPOS, 2011, p. 11-12, destaques nossos)

⁸ Amaro Pessoa Lins, reitor da UFPE no momento da publicação do livro.

Em um dos casos, a oportunidade de publicação de um livro é utilizada também para a promoção da categoria dos atores sociais envolvidos e a defesa de seus interesses:

- (12) [...] ao longo do ano nos deparamos com inúmeras e diversas iniciativas de difusão da prática do Esporte, fazendo alusão ao Ano Internacional instituído pela ONU e mesmo em propostas de órgãos governamentais citava-se Ano da Educação Física e do Esporte. Entendemos que tal fato é gerador pela defesa da sociedade que o Sistema vem encetando e demonstração da assertiva brasileira quanto **a instituir a obrigatoriedade da prática de atividade física por Profissional de Educação Física**. (TUBINO; SILVA, p. 16, destaque nosso)

O segundo grupo de obras, por sua vez, representado por apenas três publicações dentre as dezesseis encontradas, se diferencia principalmente por se opor diretamente ao discurso da ONU e da Unesco (ALMEIDA, 2010) ou por ignorá-lo enquanto “origem” da fórmula “cultura de paz” (CUNHA, 2007; ZALUAR et al., 2005).

Na apresentação da obra *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz* (ALMEIDA, 2010), a polêmica discursiva entre os dois posicionamentos que destacamos inicialmente se manifesta em uma acusação direta à Unesco e “à mídia em geral”:

- (13) Pensar em desenvolver uma cultura de Paz, na atualidade, não significa apenas superar emergências locais, mas se posicionar dentro da realidade do mundo hodierno, visando romper com o atual paradigma em vigor e imposto pelos países desenvolvidos da Europa, da América e da Ásia. O sistema neoliberal excludente, consumista e individualista, já se revelou ecologicamente insustentável e profundamente antiético, pois, para se perpetuar, saqueia os recursos limitados do nosso planeta e, concentrando a riqueza nas mãos de poucos, condena a maioria a uma vida subumana. [...] Os autores partem do pressuposto de que a educação é fundamentalmente um ato político e ideológico, por isso, é capaz de ser tanto revolucionário quanto domesticador, dependendo do que se pretende com o ato de educador. Nessa perspectiva, todos os capítulos compreendem a paz de maneira crítica, **diferentemente do que prega a UNESCO e a mídia de maneira geral**. (VASINO⁹, 2010, p. 12, destaque nosso)

Como pode se notar já no título da obra, há a inclusão de um adjetivo na fórmula “cultura de paz”, que se torna “cultura *ética* de paz”, de forma a especificá-la e diferenciá-la de uma pressuposta “cultura *não ética* de paz”. Nos artigos que se seguem no livro, a especificação de uma determinada “cultura de paz” em detrimento de outra é recorrente:

- (14) é importante refletir sobre **a cultura de paz que os meios de comunicação se encarregam de estabelecer como concepção oficial da paz** porque, na verdade, o que eles promovem é uma ideologia da paz. [...] **A paz do sistema capitalista não serve** porque, verdadeiramente, não é paz; é propaganda subliminar da classe dominante em manter o *status quo* vigente. [...] Os mesmos grupos que patrocinam a paz “da pombinha da paz” são os que legitimam explicitamente a morte-matada, a não-visibilidade, o não-lugar de milhões de brasileiros excluídos de tudo o que o país produz. (ALMEIDA, 2010, p. 24, destaques nossos)

No entanto, cabe notar que não se trata de um posicionamento homogêneo ao longo de todo o conjunto de textos. No artigo “Os pressupostos da comunicação da educação para uma cultura de paz” (ANDRADE, 2010), por exemplo, a definição da fórmula é recuperada do programa da ONU, e a obra de Noletto (2004) é referenciada sobre as

⁹ Dom Adriano Ciocca Vasino, Bispo da Diocese de Floresta (PE).

atividades de lazer e formação nas escolas do Programa Abrindo Espaços: Educação e Cultura para a Paz.

Os livros *Desarmamento, segurança pública e cultura de paz* (ZALUAR et al., 2005) e *Tecendo a cidadania e construindo a cultura de paz: juventude gerAção da paz* (CUNHA, 2007), diferentemente, não citam em nenhum momento documentos da ONU ou da Unesco relativos a “cultura de paz”, não parecendo reconhecê-las, portanto, como fontes dotadas de autoridade.

O primeiro deles trata de uma coletânea de artigos que defendem a necessidade do monopólio legítimo do uso de armas pelo Estado ou o desarmamento total à época do Referendo pelo Desarmamento. Os autores se dividem entre uma maioria de professores universitários de áreas diversas (Filosofia, Ciências Sociais e Teologia) e porta-vozes de instituições como Polícia Militar, Iansa (International Action Network on Small Arms), Fundação para a Reconciliação (Bogotá, Colômbia) e Economistas Aliados pela Redução das Armas (filial da África do Sul).

O segundo traz uma série de reflexões a respeito do projeto de mesmo nome que o livro, “Tecendo a cidadania e construindo a cultura de paz: juventude gerAção da paz”, proposto pelo Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba (Sejap). A proposta do livro já mostra um posicionamento diferente das obras do primeiro grupo ao propor “articular a discussão da construção de uma cultura de paz à luta pelas políticas públicas para as juventudes” (SEJAP, 2007, p. 12). A conjuntura histórica apresentada mostra a violência enquanto resultado de injunções sociopolíticas, e as ações propostas pelo livro – que significativamente insere a palavra “ação” em “gerAção” por meio do uso da vogal maiúscula – vão na direção de mobilizar os jovens de uma rede ecumênica de igrejas a se articular e pressionar os poderes executivo, legislativo e judiciário por mudanças. No artigo inicial “Juventudes: cultura da violência e cultura de paz” (DELAINI, 2007, p. 30, destaque nosso), enfatiza-se que:

- (15) A **cultura da desigualdade e da indiferença** encontra como uma das causas e consequência principais a situação econômica do país, que é um dos campeões mundiais em má e injusta distribuição da renda e da riqueza, e que o atual modelo neoliberal com suas ‘leis de mercado’, continua acentuando e fortalecendo, aumentando assim a violência estrutural.

O conceito de paz é também questionado, na mesma busca pela *desopacificação* mencionada anteriormente: “Todo mundo fala de paz, defende, busca a paz: mas qual conceito de paz, ligado a qual visão de mundo e, mais ainda, qual prática de construção da paz é vivenciada?” (DELAINI, 2007, p. 36).

A estratégia discursiva adotada nesses livros de forma geral é, portanto, o inverso daquela do primeiro grupo: pretende-se uma *desopacificação* da linguagem por meio da resignificação das expressões utilizadas, numa clara disputa pelo preenchimento semântico das fórmulas que circulam na arena do espaço público.

Os questionamentos sobre a validade do sintagma “cultura de paz” parecem se restringir, portanto, a espaços acadêmicos, como na obra *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz* (ALMEIDA, 2010) proposta pela Pós-Graduação em Educação e Ética para uma Cultura de Paz, ou a espaços com um grau menor de institucionalização, como essa vertente mais radical da Igreja Católica representada na obra *Tecendo a cidadania e construindo a cultura de paz* (CUNHA, 2007).

De maneira resumida, podemos delinear as características dos discursos “de paz” no meio editorial – o qual, claramente, institui sentidos atribuíveis à fórmula e, ao mesmo tempo, é construído pelos usos que materializam possibilidades de interpretação produzidas no interdiscurso –, como pertencentes aos posicionamentos de *conciliação* ou de *rompimento*, da seguinte forma:

Quadro 1. Características do código linguageiro “de paz”

apaziguamento / conciliação	questionamento / rompimento
coocorrência com outras fórmulas	desopacificação da linguagem: ausência de fórmulas
citação de documentos de autoridade: Onu, Unesco	oposição à / apagamento da Onu e da Unesco (desautorização)
aforizações: Gandhi, Diskin, Monja Coen uso de paráfrases: “Paz é a gente que faz”, “A paz está em nossas mãos”	“cultura de paz” como decorrência de uma necessária mudança de paradigmas socioeconômicos
imagens que redizem o sintagma (mãos unidas, pomba branca), cores alegres, fortes	uso menor de imagens e de cores
legitimação da entidade (e de suas práticas) no espaço público	
<i>sobreposição da apresentação sobre a significação</i>	<i>sobreposição da significação sobre a apresentação</i>

Considerações finais

Estudar o mercado editorial considerando-o como instituição discursiva, isto é, que produz discursividades que, ao mesmo tempo, o sustentam (SALGADO, 2011a) permitiu verificar as implicações da circulação da fórmula num ambiente de trocas que legitima e empodera a palavra escrita e os atores que por ela respondem. Ao inserir a problemática dos livros na “ordem do discurso”, Chartier já havia trazido à tona essa questão, que subjaz ao senso comum da edição e publicação de obras como meio “neutro” de disseminação do conhecimento nos diversos campos do saber. Entra aí, por exemplo, a figura do editor, que tem o poder de definir, em certa medida, a circulação de certos textos em detrimento de outros na sociedade (MUNIZ JR., 2010).

Se pensarmos na lógica de funcionamento em que se inserem os mercados na atualidade, a contraditoriedade existente nessa função dicotômica de disseminação/preservação e restrição/exclusão da produção editorial (MUNIZ JR., 2010) se explica pelo condicionamento da cultura à economia, obedecendo, portanto, à “dupla tirania” do dinheiro e da informação, que, para Milton Santos (2012 [2000], p. 27),

[...] fornecem as bases do sistema ideológico que legitima as ações mais características da época e, ao mesmo tempo, buscam conformar segundo um novo ethos as relações sociais e interpessoais, influenciando o caráter das pessoas.

É nessa conjuntura que as instituições atuam com um papel importante no apaziguamento social. A análise dos enunciados primeiros de “cultura de paz” nos documentos da ONU e da Unesco (SILVA, 2014) mostram como o *efeito de consenso* produzido por esse tipo de discurso é, conseqüentemente, projetado na fórmula, instaurando uma ideia

utópica de paz mundial porque apagadora dos conflitos políticos, sociais e econômicos existentes nas relações entre os países.

Pensando no mundo globalizado como fábula cuja “máquina ideológica [...] é feita de peças que se alimentam mutuamente e põem em movimento os elementos essenciais à continuidade do sistema” (SANTOS, 2012 [2000], p. 18), faz sentido que a maior parte dos discursos de “cultura de paz” tenha nas relações de *conciliação* o principal mecanismo discursivo, de forma que, ao preconizar um “encantamento do mundo”, permaneça na superfície de problemas que na verdade se constituem nas bases do sistema socioeconômico vigente na maior parte do mundo.

Mas se o apagamento da conflitualidade constitutivo do “falar neutro” institucional permite, por um lado, seu estabelecimento como referente social no espaço público, cabe notar que essa prática discursiva não se estabelece sem reflexos na organização da sociedade, uma vez que

[...] o consenso apaziguado tem um custo social e político inerente: esforços coletivos permanentes para administração do dissenso, o que implica reconhecer a heterogeneidade de posicionamentos que configura toda atividade humana. (SALGADO, 2011b, p. 155)

De fato, o largo espaço de deriva semântica que constatamos nos usos da fórmula mostra a heterogeneidade irredutível de movimentos que se pretendem amplos e democráticos. Os livros sobre “cultura de paz”, nessa conjuntura, tornam-se objetos de desejo por serem produtos simbólicos belos e de valor moral, produzindo posicionamentos políticos e participando da construção do *ethos* das instituições que ali aparecem e das que potencialmente “vestirão a camisa” do movimento. Eles atuam significativamente, por seu poder altamente institucionalizador, no estabelecimento de crenças e práticas nos espaços em que circulam, ainda que essas práticas sejam tão variadas como as que vimos acima, e irrigam e materializam o território semântico pelo qual a fórmula trafega.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, David. Apresentação. In: MILANI, Feizi Masrouf; JESUS, Rita de Cássia Dias P. (Org.). *Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas*. Salvador: INPAZ, 2003.
- ALMEIDA, Jorge Miranda de (Org.). *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2010.
- ANDRADE, Ana Claudia Pacheco. Os pressupostos da comunicação da educação para uma cultura de paz. In: ALMEIDA, Jorge Miranda de (Org.). *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2010.
- AUSTIN, John Langshaw. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990 [1962].
- BRANCHER, Leoberto; MACHADO, Cláudia. Justiça Restaurativa e Educação em Porto Alegre : uma parceria possível. In: MACHADO, Cláudia (Org.). *Cultura de paz e justiça restaurativa nas escolas municipais de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação, 2008.
- CAMPOS, Antônio. *Diálogos no mundo contemporâneo: por uma cultura de paz*. Tradução de Linda Mandel. Recife: Carpe Diem – Edições e Produções, 2011.
- CARUSO JR., Vitor. *Mestres da cultura da paz*. São Carlos: RiMa, 2005.

- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. 2. ed. Tradução de Mary Del Priore. Brasília, DF: Editora UnB, 1998.
- CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL – CONIC. *Cultura de Paz: guia para a transformação social*. 2. ed. São Paulo: Salesiana, 2005.
- CUNHA, Paulo Anchieta Florentinho da (Org.). *Juventude GerAção da Paz*. João Pessoa: Idéia, 2007.
- DELAINI, Lorenzo. Juventudes: cultura da violência e cultura de paz. In: CUNHA, Paulo Anchieta Florentinho da (Org.). *Juventude GerAção da Paz*. João Pessoa: Idéia, 2007.
- DISKIN, Lia. *Cultura de paz: redes de convivência*. São Paulo: SENAC, 2009. Versão digital disponível em: <<http://www1.sp.senac.br/hotsites/gd4/culturadepaz/>>. Acesso em: 24 jun. 2014.
- EGGER, Ildemar. *Cultura da Paz e Mediação: uma experiência com adolescentes*. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008.
- KRIEG-PLANQUE, Alice. *A noção de “fórmula” em análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Tradução de Luciana Salazar Salgado, Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. (Lingua[gem], 39).
- _____. *Analyser les discours institutionnels*. Paris: Armand Colin, 2012.
- KRIEG-PLANQUE, Alice; OGER, Claire. Discours institutionnels: perspectives pour les sciences de la communication. *Mots. Les langages du politique*, Lyon, n. 94, p. 91-96, 2010.
- LINS, Amaro Pessoa. Apresentação. In: PELIZZOLI, Marcelo (Org.). *Cultura de Paz: a alteridade em jogo*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- MACHADO, Cláudia. *Cultura de paz e justiça restaurativa nas escolas municipais de Porto Alegre*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação, 2008.
- MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes; NASCIMENTO, Verônica Salgueiro; NONATO JUNIOR, Raimundo (Org.). *Cultura de paz: do conhecimento à sabedoria*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.
- MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes; NONATO JUNIOR, Raimundo (Org.). *Cultura de Paz, Ética e Espiritualidade*. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- MILANI, Feizi Masrouf; JESUS, Rita de Cássia Dias P. (Org.). *Cultura de paz: estratégias, mapas e bússolas*. Salvador: INPAZ, 2003.
- MUNIZ JR., José de Souza. *O grito dos pequenos: independência editorial e bibliodiversidade no Brasil e na Argentina*. Originalmente apresentado no III Simpósio Internacional de Comunicação e Cultura na América Latina, São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.balaoeditorial.com.br/downloadable/download/sample/sample_id/6/>. Acesso em: 15 abr. 2014.
- NOLETO, Marlova Jovchelovitch. *Abrindo espaços: educação e cultura para a paz*. Brasília: Unesco, 2004.
- PELIZZOLI, Marcelo (Org.). *Cultura de Paz: a alteridade em jogo*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.
- SALGADO, Luciana Salazar. *Ritos genéticos editoriais: autoria e textualização*. Prefácio de Sírio Possenti. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011a.
- _____. A leitura como um bem: slogans e consenso. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. S. (Org.). *Fórmulas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011b.
- SALGADO, Luciana Salazar; SILVA, Helena Maria Boschi. Gênese discursiva da fórmula ‘cultura de paz’. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 36, n. 2, p. 131-137, Apr./June 2014.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2012 [2000].

SEJAP - SETOR JUVENTUDE DA ARQUIDIOCESE DA PARAÍBA. Apresentação. In: CUNHA, Paulo Anchieta Florentinho da (Org.). *Juventude GerAção da Paz*. João Pessoa: Idéia, 2007.

SILVA, Helena Maria Boschi da. *A constituição da fórmula discursiva “cultura de paz”:* circulação e produção dos sentidos. 2014. 165 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

TUBINO, Manoel José Gomes; SILVA, Kenia Maynard. *Esporte e Cultura de Paz*. Rio de Janeiro: Shape, 2006.

VASINO, Adriano Ciocca. Apresentação. In: ALMEIDA, Jorge Miranda de (Org.). *Pressupostos da educação para uma cultura ética de paz*. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2010.

VON, Cristina. *Cultura de Paz: o que os indivíduos, grupos, escolas e organizações podem fazer pela paz no mundo*. São Paulo: Peirópolis, 2003.

ZALUAR, Alba; MISSE, Michel; BOURGOIS, Josephine; TEIXEIRA, Paulo Augusto Souza; BROWNE, Terry Crowford; PETERS, Rebecca; NARVAEZ, Leonel; BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. *Desarmamento, segurança pública e cultura de paz*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, out. 2005. (Cadernos Adenauer IV, n. 3).